**ATA Nº 03/2023**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

----------Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da senhora Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, para preencher o lugar vago na Mesa devido à falta da segunda secretária. Estiveram ainda presentes os senhores Afonso Portugal Ferreira da Silva, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Jorge Fernando Silva e Sousa, Óscar de Pinho Brandão, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde. ----------

---------- Do executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Arouca, Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Oliveira e os senhores Vereadores Albino Cardoso Gonçalves, Célia Alves e Maria Helena Rodrigues. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e trinta e sete minutos. ----------

---------- Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. -- ----------

---------- Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

---------- 1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------

---------- 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

---------- 2.1 – ATAS – APROVAÇÃO: ----------

---------- 2.2 – CORRESPONDÊNCIA:----------

---------- 2.3 – DIVERSOS: ----------

---------- 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

---------- 3.1 – INFORMAÇÃO DA SRª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: ----------

---------- 3.2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO: ----------

---------- 3.3 – ORÇAMENTO – 2.ª REVISÃO:----------

**28.06.2023**

---------- 3.4 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO:----------

---------- 3.5 – REPARAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:--

---------- 3.6 – REGULAMENTO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE E DA ATIVIDADE DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIA – ALTERAÇÃO: --------

---------- 3.7 – AQUISIÇÃO EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA DE TRÊS VIATURAS ELÉTRICAS – REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA: ----------

---------- 3.8 – PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU – CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS:----------

---------- 3.9 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – PROJETO DA QUINTA DO CERRADO – APRESENTAÇÃO: ----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:----------**

**----------** No período de intervenção dos senhores munícipes interveio o senhor **José Paulo Oliveira** que, depois de cumprimentar todos, transmitiu sobre uma situação de saneamento, na freguesia de Rossas, entre o lugar das Regadas e o lugar de Sub-Rego. Referiu que é uma situação que já se arrasta há bastante tempo e quer saber quando será executado a rede. Deixou um abaixo-assinado de alguns dos moradores destes lugares a solicitar o saneamento. Questionou, também, a quem é que estas pessoas recorrem para esvaziar as suas fossas sépticas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que cumprimentou todos. De seguida e procurando responder às questões do munícipe José Paulo Oliveira, clarificou que têm identificado um conjunto de intervenções de saneamento e de abastecimento de água que estão classificadas como trabalhos em parceria pois são intervenções que terão que ser realizadas pelas Águas do Norte, mas só serão possíveis realizar se o município de Arouca comparticipar, não conseguindo dizer qual a classificação relativamente a Regadas e Sub-Rego. Quanto à questão do vazamento das fossas, recordou que é um serviço que é feito pelas Águas do Norte. Referiu que as pessoas podem pagar o saneamento à Águas do Norte e esta compromete-se a fazer o vazamento das fossas, estando previsto no regulamento existente. Sugeriu que assim que as pessoas se dirijam à Águas do Norte, ou em alternativa se desloquem ao serviço de urbanismo e falem com o chefe de divisão ou eventualmente com o seu vereador. Também referiu que a Presidente da Câmara faz o atendimento todas as segundas-feiras de manhã para qualquer situação que seja pertinente abordar.----------

---------- **2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------**

**---------- 2.1 ATAS – APROVAÇÃO: ----------**

**28.06.2023**

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida** que cumprimentou todos os presentes e referiu que o nome dele na ata não está correto. Está Pinho, quando na realidade é Pinto. Pediu para fazer a respetiva alteração. ----------

---------- Após a correção na ata n. º2/2023, relativa à sessão de 28 de abril último, a mesma foi posta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---------- **2.2 – CORRESPONDÊNCIA:** ----------

----------Foi lida a correspondência que não tinha sido enviada, para todos os elementos da Assembleia, via email. ----------

---------- **2.3 DIVERSOS:** ----------

----------Este ponto iniciou-se com a intervenção do senhor **Artur Miler**, que depois de cumprimentar todos, começou com uma saudação, em seu nome e em nome da bancada do PSD, ao Futebol Clube de Arouca pela época desportiva notável em todos os níveis. Prosseguiu com questões relacionadas com a área da saúde, questionando qual é o ponto de situação relativamente às extensões de Chave e de Rossas. Questionou, também, sobre a localização do novo Parque da Saúde, se vai ser construído e onde. Outro ponto que abordou foi relativamente ao estacionamento, em que referiu que existe uma situação de clara injustiça ao existir uma apertada vigilância durante a semana, quando há consumo de bens e serviços e o funcionamento da economia local e do comércio tradicional, mas quando se chega ao fim de semana a vigilância é reduzida. Referiu que aos fins de semana se estaciona abusivamente em todos os locais e que parece existir uma sensação de injustiça perante os munícipes face a esta situação, pedindo que esclarecesse. Por fim, abordou o Plano de Defesa da Floresta, em que o que havia sido proposto foi rejeitado porque era um mau plano. Disse, ainda, que foi explicado por entidades credíveis que era um mau Plano de Defesa das Florestas Contra Incêndios. E questionou, que nesse sentido, gostaria de saber como é que se está a contornar esta situação, nomeadamente se o plano operacional municipal já está ou não aprovado, porque, na sua opinião, e segundo aquilo que apurou, já deveria estar aprovado. ----------

---------- Depois do senhor Presidente da Mesa dar a palavra à senhora Presidente da Câmara, esta agradeceu pelas questões colocadas e começou por esclarecer que a candidatura para a extensão de saúde de Chave está a ser ultimada para ser submetida, porque é uma das intervenções que está prevista no âmbito do PRR. Quanto ao Parque de Saúde referiu que está em execução um projeto para um terreno ao lado da GNR, para o qual o município já desencadeou o procedimento da expropriação. Continuou dizendo que estão a fazer tudo para que não se perca não perder esta oportunidade de avançar com a sua execução. Informou também que o valor que está no âmbito da candidatura não vai

ser suficiente e que avançam somente se houver financiamento 100% ou muito próximo daquilo que são as reais necessidades. Sobre o estacionamento, referiu que o que têm feito é reforçar junto da GNR, porque é a entidade a quem compete a fiscalização. Continuou dizendo que compete, também, a quem tem carta de condução cumprir com a regras de condução e com o estacionamento. Sobre a questão do Plano de Defesa das Florestas referiu que este tem agora outra designação (Plano Operacional) e antes de passar ao agora chamado Plano Operacional, o Plano Regional tem que ser aprovado, não competindo tal ao Município. Informou assim que estamos a aguardar que o Plano Regional, que está a ser trabalhado no âmbito da Área Metropolitana do Porto, seja aprovado para depois poder desencadear o respetivo nosso Plano Operacional. ----------

---------- Em seguida pediu a palavra o senhor **Pedro Bastos**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Passou de seguida a falar sobre a necessária pressão à entidade com competência para a colocação de indicação de Arouca na saída da A32, no sentido Porto-Feira. Continuou com outro assunto referente a uma notícia num jornal local sobre os Bombeiros Voluntários de Arouca que receberão um apoio monetário adicional. Diz que a notícia refere que a Câmara Municipal de Arouca vai dar 5,00€ por dia a cada bombeiro de Arouca, que integra as equipas de dispositivo especial de combate a incêndios rurais a funcionar entre 15 de maio e 30 de outubro. Referiu que estas equipas são constituídas por Bombeiros Voluntários, que para este fim são compensados com 64,00€/dia, o que corresponde a 2,67€/hora e que a este valor junta-se, agora, o apoio anunciado pelo município de 5,00€. Prosseguiu dizendo que, conforme refere a notícia, a autarquia pretende com este apoio reforçar o reconhecimento pelo serviço que os bombeiros mobilizados para o combate a incêndios prestam neste período. De seguida, questionou se esta medida não será apenas uma medida avulsa e populista para desviar a atenção. Referiu que não há bombeiros só entre o dia 15 de maio e 30 de outubro, que o serviço que os bombeiros prestam não se resume ao combate a incêndios, sendo que os incêndios representam apenas uma pequena percentagem da atividade dos bombeiros. Referiu também que a autarquia não se pode esquecer dos outros bombeiros que asseguram os serviços 365 dias por ano, incluindo os incêndios sem integrar as equipas DECIR e, como tal, sem remuneração grátis ou qualquer gratificação. Continuou dizendo que a autarquia lançou em janeiro de 2022 um processo de recolha de contributos para alteração do regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros voluntários de Arouca e que passou um ano e meio e não houve qualquer evolução. Voltou a referir que esta medida de atribuir 5,00€ por dia a cada bombeiro, incluído no DECIR, é uma medida avulso populista, insignificante, que não vai de encontro às reais necessidades dos bombeiros. Referiu ainda que se a autarquia quer realmente reconhecer o serviço de bombeiros é por esse regulamento que deve começar

reconhecendo os bombeiros que de forma completamente voluntária, sem remuneração de qualquer espécie asseguram o socorro da população todas as noites do ano, incluindo as urgências que vão fazendo ao longo do ano, assumindo muitas vezes tarefas da proteção civil, que são da responsabilidade e competência da autarquia. Continuou dizendo que se a autarquia quiser tem neste regulamento uma ferramenta que pode usar para, sem grande, esforço criar um conjunto de incentivos para os bombeiros em eixos como apoio à família, apoio à habitação, entre outros. Disse ainda que estranha esta medida avulsa apenas para os bombeiros que integram este dispositivo, quando existe uma recolha de contributos na gaveta, parecendo que a autarquia está a agir em cima do joelho para tentar mitigar a inoperância e, de alguma forma, compensar o que já deveria ter sido feito e não foi. Por fim questionou sobre o que é que já foi feito, o que é que está a ser feito e o que é que está a ser pensado em relação às várias ETAR distribuídas por todo o Concelho. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que já deveria ter a sinalética na saída da A32 sido colocada pelo IP. Sobre este assunto informou que o município, junto do organismo responsável pela sinalética, reforçou o pedido para colocação da referida placa, esperando que seja para breve. Quanto à questão dos bombeiros, referiu o executivo considerou que seria uma medida de apoio extraordinário a todos aqueles que fazem um esforço, pois é cada vez mais difícil haver pessoas disponíveis para fazer voluntariado, bem como um estímulo para se garantir que estão salvaguardadas as condições para a época mais crítica dos incêndios. Esclareceu também que a proposta apresentada está devidamente identificada e que não é a Presidente da Câmara que decide, mas sim o executivo, neste caso sob uma proposta do Coordenador da Proteção Civil. Recordou ainda que o município durante todo o ano apoia 2 equipas de intervenção permanente que estão ao dispor para garantir a segurança, não se cingindo ao combate a incêndios. Sobre a questão das ETAR referiu que não sabe a que ETAR se refere e informou que estão todas a funcionar, sendo que a competência de gestão das mesmas ou é da SimDouro ou das Águas do Norte e que os serviços têm acompanhado, com frequência, a verificação do seu funcionamento. Finalizou referindo que não é o município que faz as obras, acompanha sim a situação. ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Almeida**, que depois de cumprimentar todos parabenizou a Junta de Freguesia de Várzea, Centro Arqueológico de Arouca, Grupo Desportivo de Várzea e Associação 4540 pelo evento que aconteceu em Várzea, na Malafaia. De seguida interveio sobre um caminho na freguesia de Rossas, no lugar de Eidim, caminho esse que está encerrado e que não sabe se é particular ou público, referindo que numa reunião de câmara de 17 novembro de 2020, o senhor vereador Albino Cardoso deu conhecimento que, relativamente à abertura do troço de caminho

entre estrada nacional EN326 e o lugar de Eidim, em Rossas, foi notificada a proprietária do terreno para proceder ao pagamento da importância que a Câmara despendeu com a abertura daquele troço ou, em alternativa, proceder à reabertura do mesmo. De seguida questionou se a pessoa pagou realmente esse valor, se foi passado um recibo desse valor ou se não pagou e se o caminho é para abrir ou não. Questionou também sobre quantas vezes a Presidente da Câmara reuniu com os Presidentes de Câmara de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis sobre a estrada nacional do Chão D'Ave a Carregosa, referindo a campanha que fez sobre o melhoramento da estrada que iria fazer. Prosseguiu falando da estrada de Arouca a São Pedro do Sul. Questionou se já alguma vez reuniu com o Presidente da Câmara de São Pedro do Sul para reforçar ou tentar de alguma forma melhorar o restante troço, que é extremamente perigoso. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que efetivamente houve o evento em Várzea e que faltou mencionar o Município de Arouca, que também apoiou a iniciativa. Sobre a questão do caminho de Rossas, referiu que a proprietária pagou aquilo que foi notificada para pagar e que dizia respeito à despesa que o município despendeu para fazer a intervenção. Quanto à questão da EN224, Chão D'Ave a Carregosa, informou que é um assunto que tem sido falado com frequência entre os Presidentes, sendo que estes, inclusivamente, reuniram, não com este Secretário de Estado, mas com o anterior e com o anterior Ministro, no sentido de conseguir a beneficiação daquela via rodoviária. Continuou referindo que também foram várias as notificações que foram enviadas para os ministérios para garantir que a intervenção fosse incluída no PRR e que infelizmente não ficou incluída. Referiu ainda que é uma intervenção que está num projeto que foi elaborado no âmbito da Associação de Municípios de Terras Santa Maria. Quanto à questão da estrada para São Pedro do Sul, referiu que se deva estar a falar de uma intervenção que é do município de São Pedro do Sul competindo assim àquele concelho eventual melhoria. ----------

---------- Seguidamente, interveio a senhora **Fátima Fonseca**, que, depois de cumprimentar todos, referiu da necessidade de uma intervenção na estrada que liga Canelas e Espiunca, pois que esta via está em condições bastante precárias, o que causa um grande transtorno para aqueles que necessitam usar diariamente a mesma. De seguida referiu a entrada nos passadiços pela entrada de Espiunca, que considera que neste momento não dignifica a grande estrutura que são os passadiços, necessitando de um arranjo. Por fim, interveio sobre o trabalha nas limpezas das vias, que deveriam ser reforçados de maneira que as ervas não riscassem os carros. Sugeriu que as pessoas que estão no rendimento mínimo de inserção deveriam ser chamadas para ajudar, referindo, contudo, que sabe que isso não faz parte da competência da Câmara. ----------

**28.06.2023**

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que acabaram de lançar um concurso para uma empreitada de repavimentações em vários sítios do Concelho, no valor de quase 700.000,00€. Continuou dizendo que Arouca tem muitos quilómetros de estrada e que têm feito todos os anos intervenções, tendo priorizado aquilo que têm sido as vias em pior estado de conservação. Referiu também que fizeram ainda há muito pouco tempo uma intervenção num dos troços referidos e que poderá vir a ser considerado numa próxima empreitada, em função daquilo que sejam as prioridades definidas. Sobre o acesso aos Passadiços, referiu que tinham um projeto que não foi aprovado pelo ICNF, havendo agora um outro muito simples. Prosseguiu dizendo que é um projeto de enquadramento daquela entrada, retirando os táxis e outras viaturas e alguma confusão associada, reorganizando aquele espaço e afetando noutro local, estando o projeto para lançamento de concurso. Quanto às limpezas das freguesias, referiu que são várias as equipas que asseguram a limpeza e que também os senhores Presidentes de junta estão sempre a fazer esse pedido. Lembrou que devido às condições atmosféricas atuais, a vegetação rapidamente volta, parecendo passado um mês que nada foi limpo. Terminou dizendo que as equipas e as Juntas fazem tudo o que é possível face aos meios disponíveis, tendo ficado registado o alerta. ---------- ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Óscar Brandão**, que depois de cumprimentar todos iniciou a sua intervenção fazendo referência como os autarcas de Arouca, sendo eles de freguesia ou sendo eles do município, defendiam, pensavam e executavam há 15 anos, há 20 ou 30 ou até mesmo há 40 anos e, desta feita, deu-lhe para fazer um exercício a propósito de uma situação concreta da atribuição de subsídios às coletividades e nesse âmbito, perceber como é que as Câmaras, há alguns anos, intervinham no domínio da cultura, do desporto, da ocupação dos tempos livres e de recreio. Continuou referindo que no meio da sua pesquisa encontrou uma notícia de 2009 que dizia - Câmara de Arouca quer famílias carenciadas a explorar quintas votadas ao abandono. Continuou dizendo que segundo a sua dedução, esse anúncio, que teve uma dimensão nacional com cobertura por vários órgãos de comunicação social, foi mais um indício de propaganda, mais um *bluff*, como muitos outros, tudo projetos que tiveram esse anúncio e depois não se materializaram, não se concretizaram. Já relativamente à questão da cultura, do desporto e do recreio referiu que sabe que foi recentemente atribuído um valor significativo de apoios às associações, justos, sabendo que estão de fora as obras que possam ser feitas pelas IPSS. Prosseguiu dizendo que foram atribuídos 170.000,00€ às IPSS de Arouca e que quer perceber porque este valor é bem inferior ao que foi atribuído a uma associação de direito privado que dá pelo nome de Associação Geoparque e que têm muito falado, permitindo concluir que há, de facto, aqui uma situação de enorme injustiça e pouca clareza. Continuou com a intervenção

dizendo que foi buscar 2 relatórios de atividades do ano 96 e 97 e que curiosamente a despesa corrente naquela altura era muito abaixo da atual, cerca de 40%, quer num ano quer no outro. Continuou referindo que a Câmara daquele ano de 96 tinha em termos de despesa, no investimento em cultura, desporto e em tempos livres, num orçamento de 989.037 contos, investia 176.762 contos, 17,87% do seu orçamento. Em 97 para um orçamento de 1.491.000 contos, a Câmara investia nestas áreas 19,35%. E em 99 investia, para um orçamento de 1.742.000 contos, 10,36%. Em 2022, para uma despesa de 20.293.000,00€, a Câmara investiu bem menos que 4% e nesses 4% já estão a incluir os apoios às associações e às coletividades do município. Continuou dizendo que na área na rubrica 25, que é a rubrica da cultura, do desporto, do recreio e do lazer, não chegam a 2%, ou seja, o esforço financeiro da área da cultura, do desporto e dos tempos livres era bem maior, como se evidencia, quer em valores relativos, quer em termos percentuais, quer mesmo em termos de valores absolutos. Segundo a sua convicção, falta, atualmente, investimento em cultura e desporto em Arouca. Continuou dizendo que falta em Arouca uma Casa digna de espetáculos. Prosseguiu dizendo que o grande desafio que vale a pena colocar a este executivo, é investir mais na cultura, investir mais no desporto, investir mais na ocupação dos tempos livres, sendo um contributo importante para a preocupação, que é de todos, que têm necessariamente a ver com a fixação das pessoas e, especialmente a fixação dos jovens. A seguir apresentou 2 artigos, que lhe chamaram a atenção, que foram publicados em 2 jornais diferentes e tem a ver com 2 assuntos que é a questão do PRR. Continuou dizendo que um dos artigos vem assinado pelo antigo Presidente da Câmara, Armando Zola, e faz um retrato do município, deixando muitas críticas a este executivo, deixando muitas críticas ao Governo e que há um falhanço estrondoso por parte deste executivo no assegurar de verbas do PRR. De seguida leu o artigo que diz que *coloca uma interrogação sobre quanto está programado para Arouca no âmbito do referido PRR? Apenas 4.000.000,00€.* Não se inveja o alcançado por municípios vizinhos. *Fruto, certamente em muito de eficaz labor, inconformismo dos seus responsáveis autárquicos e agentes económicos, sociais e outros.* Continuou dizendo que nos concelhos vizinhos os autarcas não falham, neste falham estrondosamente e que esta é uma crítica muito cruel, mas provavelmente justa. E depois continuou o artigo dizendo, *não pode é calar-se de um tema tão desigual iníqua distribuição de verbas, longe de promover a anunciada coesão económica, social e territorial. No caso de Arouca, ainda sem vias de comunicação de que carece, sem habitação, em especial a social, jovens e estratos dos mais desfavorecidos ambicionam, sem um apoio às empresas, mesmo na área de turismo, que o seu longo e desigual esfoço pela competitividade merece, a vida local se permanecer o abandono sentir-se-á e a área do seu definhamento alegar-se-á e aprofundar-se-á.* Continuou a sua intervenção dizendo que o artigo é uma visão muito concreta, mas

muito crítica ao estado de Arouca. De seguida referiu o outro artigo, do senhor Celso Portugal, que tem a ver com um novo PDM que tarda em surgir, que tarda a ser concluído, e que, sobretudo, tarda a ter eficácia do ponto de vista do que é o desenvolvimento que todos querem e desejam para o município. Continuou dizendo que o artigo diz, segundo as informações que o autor colheu, que *está em marcha uma nova derrapagem no sentido da desertificação do nosso Concelho. Com cortes significativos de áreas em que é legal construir e que deixarão de o ser. A penalização atingirá os habituais sacrificados. Pessoas e territórios continuam à espera de infraestruturas ambientais, nomeadamente na rede e saneamento básico. Mostra também falta de argumentos do poder autárquico para, junto das instituições burocráticas, alertar para a realidade do município que necessita tratamento diferenciado em parâmetros que condicionam e terão de ser vistos, não apenas à luz da lei, mas também da aplicação de algum sentido de justiça.* Continuou lendo o artigo dizendo que *impera muitas vezes o oportunismo dos mais fortes na discussão dos planos no sentido da penalização das zonas mais desfavorecidas e a sua manutenção em patamares de desigualdade em relação às áreas urbanizáveis.* Referiu de seguida que não sabe que oportunismo nem sabe quem são os mais fortes e que talvez a senhora Presidente consiga ajudar e que aos nossos eleitos também se pede reação quanto a disparidade dos valores oriundos do PRR atribuídos aos municípios da área metropolitana em que estamos inseridos e consideramos injustos para Arouca. Continuou dizendo que a política funciona em rede e tudo isto tem a ver com questões que tem aqui abordado e que foram analisados no artigo do Dr. Armando Zola, e que enquanto autarca estes 2 artigos têm que nos deixar algo perturbados e preocupados e com certeza vindo de quem vem, um ex-Presidente da Câmara e um ex-Vice-Presidente da Câmara, são vozes da sociedade, com créditos firmados e que pode deixar a Sr.ª Presidente da Câmara preocupada e angustiada porque, continuando a sua intervenção, os anúncios que são feitos, é de que estamos mesmo muito no mau caminho e, portanto, é desejável que, na medida do possível, se possa inverter o percurso. Disse ainda que é uma preocupação sua e de quem gosta da sua terra e é, sobretudo, a responsabilidade de ser autarca. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que não iria comentar os comentários que o Sr. Óscar Brandão fez e as comparações que fez, pois que na sua opinião não fazem sentido nenhum, acrescentando que o município de Arouca investe bastante na sua cultura, no desporto e nos tempos livres. Continuou dizendo que é esta dinâmica que tem vindo a implementar e, provavelmente, o senhor deputado tem uma visão muito redutora daquilo que é a cultura, por contraponto ao que o executivo tem uma visão bem mais lata daquilo que é a cultura, sendo que mais do que construir paredes, é fundamental construir dinâmicas culturais. Referiu que é

inquestionável o trabalho que o município tem feito na área da cultura, mas também na área do desporto, ainda que haja ainda muita coisa há para fazer. Acrescentou que ficou com a impressão de duas coisas. A primeira é que não leem os planos ou relatórios de atividades trazido por esta Câmara e, segundo, não vivem em Arouca. Sobre a questão do PRR referiu que não iria comentar qualquer comentário feito por antigos autarcas, sendo que cada um tem direito à sua opinião, cada munícipe tem direito à sua posição e, em função daquilo que conhece, fazer os respetivos comentários. Continuou dizendo que, para além dos 4214761 € que correspondem a 220 projetos, que é o valor programado, sendo a maior parte deles na área social, o município conseguiu angariar uma grande fatia de 4.200.000€ no âmbito do PRR, comunidades desfavorecidas, não estando no mapeamento inicial. De seguida referiu 7 projetos incluídos no PRR e que, aliás, cerca de 2.134.000,00€ estão descritos no relatório de atividades, que são programas que estão a ser desenvolvidos e conseguiu-se que uma fatia considerável ficasse afeto a 3 associações. Referiu que o município abdicou de uma parte deste valor dos 4.250.000 euros e que foi uma excelente negociação no âmbito da Área Metropolitana do Porto, para que a Associação A4, Centro Juvenil Salesiano de Arouca e a Semente do Futuro pudessem dar continuidade e desenvolver os projetos na área de comunidades desfavorecidas e públicos em situação de vulnerabilidade. De seguida referiu alguns projetos que estão incluídos ou aprovados no PRR, como as escolas em requalificação, as acessibilidades a vários locais, juntamente com intervenções em habitações privadas que é o Acessibilidade 360, o centro de análises no Centro de Saúde, as viaturas elétricas para a saúde, o Raio X, as iniciativas "Condomínio de aldeia" que estão em curso, a intervenção de reabilitação de 16 fogos em São Pedro, a candidatura de bairros digitais, que é uma candidatura que está a ser elaborada no âmbito de várias parcerias, inclusivamente com a AECA, no valor de quase 1.000.000,00€. Quanto ao novo PDM referiu que o senhor deputado sabe muito bem o que está em causa porque faz parte das 24 entidades que têm lugar na apreciação dos documentos. Continuou dizendo que vai na oitava versão da Reserva Ecológica Nacional enviada para a Agência Portuguesa do Ambiente, sendo este o ponto de situação atual. Diz que fizeram a primeira reunião plenária vai fazer quase um ano e meio e que a Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDR-N têm complicado o processo. Esclareceu que este PDM é para atualizar com as alterações decorrentes da nova legislação, não sendo regras que são definidas pelo município, são ditadas a nível nacional. É trabalho minucioso e que foi entregue muito recentemente à CCDR e à APA para analisar e está confiante que até ao final do verão seja possível realizar a segunda reunião plenária e a consulta pública. Mas não se comprometeu porque, diz, não depende dela. Continuou dizendo que é um processo

complexo, é um processo penalizador para todos os munícipes e que a Presidente tem feito tudo aquilo que é possível junto das entidades para garantir que o processo decorra o mais rápido possível. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra ao senhor **Óscar Brandão** que referiu que não tem modo algum de visão redutora da cultura e que não precisa de apresentar credenciais nessa área. Continuou dizendo que apenas se cingiu aos factos e que continua a pensar que essa questão de não haver um esboço da oportunidade de Arouca ter uma sala de espetáculos, o que lhe parece uma perrice. Sobre o facto de a Presidente da Câmara não querer comentar os artigos referidos, referiu que está no seu direito e que respeita. E continuou dizendo que não habita, mas vive Arouca e que vive Arouca com alguma intensidade, não só na intervenção social, mas também na intervenção política e no exercício pleno de uma cidadania, sendo que são, porventura, milhares de artigos a falar de uma Arouca que gosta e que ama e que tem dúvidas se a senhora Presidente tem esse capital e que nesse sentido, deveria haver um princípio de respeitabilidade que lhe ficava bem. Sobre o PDM referiu que não faz parte de nenhum órgão, que não tem qualquer responsabilidade no esboço e na elaboração do PDM e quando for a oportunidade de intervir e ter uma visão crítica sobre o mesmo, que vai ter. Continuou dizendo mais uma vez que não tem nada a ver com o PDM, que teve uma única reunião onde ele foi discutido e deu eco disso mesmo na Assembleia. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que não iria responder, somente acrescentar algo que não tinha referido sobre a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento e que é o espaço da casa da cultura, que tem outra designação, casa das artes, dizendo que há uma rubrica que foi criada já no mandato anterior para a construção desse espaço e, portanto, tem essa ambição. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra ao senhor **Luís Almeida** que disse que a sua intervenção tem a ver com a questão que tinha colocado sobre o caminho de Eidim e que era para ver se era possível disponibilizar uma cópia do recibo. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que feito o pedido, que há aqui formalismos, mas com certeza que o senhor Presidente da Assembleia solicitando, os serviços da contabilidade fornecerão o documento. ----------

---------- Seguidamente, interveio a senhora **Fátima Pinho**, que depois de cumprimentar todos iniciou a sua intervenção sobre o Conselho Municipal de Juventude, que referiu que foi convocado para o próximo dia 27 de julho. Continuou dizendo que quer recordar o encontro nacional dos conselhos municipais de Juventude de 2023., que é um encontro muito importante para os conselhos municipais de Juventude de todo o país e que espera que tenha servido como um bom momento de aprendizagem

para o Conselho Municipal de Juventude de Arouca, nomeadamente para o Executivo, que trata desses assuntos e questionou sobre qual foi o critério de seleção das pessoas que foram selecionadas para representar os jovens arouquenses. Refere que há uma publicação de Facebook em que um jovem arouquense, e que é o único jovem que não está ligado a nenhuma associação ou representação no Conselho Municipal.----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que este Encontro de Conselhos Municipais da Juventude, no seio da área metropolitana, teve representatividade do município, esteve representado com 2 jovens. Informou também das dificuldades na seleção pois era uma época em que não havia grande disponibilidade por quem participou. Finalizou dizendo que o importante é que se participou e que estiveram bem representados. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra à senhora **Fátima Pinho** que referiu que não colocou em causa a qualidade da participação, muito pelo contrário e que, aliás, agradeceu ao jovem que lhe parece uma das pessoas mais indicadas até no momento para o fazer. Continuou dizendo que o que questionou foi qual o critério de seleção e continuou dizendo que não foi da falta de disponibilidade, porque é membro do Conselho Municipal de Juventude e não lhe foi enviado nenhum e-mail a questionar da disponibilidade, tanto dela como dos restantes membros do Conselho Municipal de Juventude.----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu já ter respondido, na sua opinião, ao questionado. ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Chave,** que depois de cumprimentar todos lembrou que está muito calor na sala, sugerindo a colocação de ar condicionado. ----------

**---------- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------**

**---------- 3.1 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------**

**----------** O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve listagem das várias atividades explanadas no documento, que se dá aqui como reproduzido e fica a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Refere-se aos meses de abril e maio.-------- ----------

---------- Interveio de seguida, sobre este ponto, o senhor **Artur Miler**, que começou por enaltecer aquilo que é um documento bem organizado, bem trabalhado pela Câmara, pelos técnicos camarários. Acha que merecem esse reconhecimento de todas as vezes que intervêm nesse ponto. Saudou o

município pela atribuição do selo das Comunidades Pró-envelhecimento pela Ordem dos Psicólogos Portugueses. É importante e acha que é um plano gerontológica municipal de qualidade. Referiu, também, a melhoria das condições da utilização do complexo desportivo municipal de Arouca, o que são boas notícias, embora tardias. De seguida referiu dados que lhe são preocupantes, nomeadamente demográficos, fixação de população. Referiu, também, que, na sua opinião pessoal, há uma falta de influência política do executivo municipal e isso denota-se naquilo que são os acessos rodoviários ao Concelho. Referiu que teve oportunidade de, como Membro da Assembleia Municipal, estar presente numa atividade da Associação de Terras de Santa Maria na qual viu alguns concelhos a falar em ferrovia e nós ainda temos dificuldade em ter uma rodovia condigna aqui ao nosso município. Continuou dizendo que precisamos definitivamente de ter mais influência política para uma estrada, como é a estrada nacional 224 de Rossas – Chão D'Ave – Carregosa, já referida, desde a reposição do tapete ou alargamento dos pontões há muitos anos, intervenção que ficou adiada e que continua a prejudicar uma zona industrial que poderia ser ainda mais competitiva e muito fazem os empresários para continuarem a estar competitivos naquilo que é o ranking de algumas das empresas do distrito. Questionou sobre o que poderemos esperar do município para conseguir resolver definitivamente este problema. Também referiu que já se deveria estar a construir os passeios que vão desde a nova rotunda criada na Abelheira até ao Cruzeiro, pois há uma falta de acessibilidade tremenda para aquilo que são residentes, assim como os passeios que vão desde o Tribunal até ao estádio municipal, que estão completamente degradados, não havendo qualquer forma das pessoas os utilizarem e que existe perigo quando há um jogo do Futebol Clube de Arouca, com pessoas a atravessar a estrada constantemente. Relativamente à rodovia, continuou dizendo que nunca vai deixar de referir a requalificação da estrada que vai da freguesia de Rossas à Ribeira. Questionou ainda se a obra do Barbeito até à Farrapa está prevista apenas para o ano eleitoral e porque é que foi colocado tapete betuminoso e não foi alargada a estrada do lugar da Porta, na freguesia de Santa Eulália. Por último questionou sobre a Feira de Cabeçais, quando é que se vai ver definitivamente a solução para uma situação que coloca em perigo várias pessoas e que foi por demais sinalizado.----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que muito há para fazer na rodovia, sendo importante priorizar-se. A estrada nacional 224 está identificada, no troço Farrapa a Carregosa. Continuou dizendo que há outra em que foram feitos vários pedidos para o Governo e, inclusivamente, ela própria já reuniu com a Infraestruturas de Portugal, para garantir que efetivamente não ficamos com um troço suspenso, que é o troço número 3 da terceira fase da variante. Informou que é para isso que está a lutar e para garantir que se consegue ter aqui o apoio também da

Associação de Municípios Terras de Santa Maria, no seio da Área Metropolitana do Porto, junto do Ministério da Coesão Territorial, por forma a garantir que o município da Área Metropolitana não fica aqui com uma via que não está completa e que é fundamental para fazer a ligação às zonas industriais. Também referiu que há outra via que é estruturante e que tem que ser o município a construir, estando no mapeamento interno dos investimentos a candidatar eventualmente. Admitiu a possibilidade de o Município fazer a mesma a expensas próprias na eventualidade de não financiamento, que é a ligação do Rossio à Abelheira, fazendo a ligação da zona industrial à A32. Informou que estão neste momento a fazer o levantamento e à aquisição dos terrenos para prosseguir com meios próprios, pois esta estrada é estruturante para o tecido empresarial e para toda a Comunidade. Sobre outras intervenções, referiu que nunca foram feitas tantas empreitadas de colocação de tapete como nos últimos anos. Informou que não se tratam de investimentos financiados e que irão continuar a fazer mediante o orçamento disponível. Quanto à Feira de Cabeçais, referiu que o senhor Presidente Junta de Fermedo sabe que se está a negociar com o proprietário de um terreno nas proximidades da atual feira. Acrescentou que se a feira de Cabeçais estivesse sob alçada do município já estaria a ter lugar noutro local. Continuou dizendo que a feira tem de ser reestruturada e que está a fazer tudo para ajudar, que está a tentar fazer parte da solução, recordando uma vez mais que a mesma não é da sua competência. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra ao senhor **Artur Miler** que referiu que compreende que, no âmbito daquilo que são algumas das prioridades que tenha para desenvolver ou para requerer junto das entidades governativas, mas aquilo que de facto as pessoas sentem é que a priorização é difícil de compreender e, por vezes, aquilo que são meios próprios são descurados. De seguida referiu que a Presidente não respondeu a uma questão, que depende diretamente do município, que é a questão dos passeios. Tinha referido 2 exemplos e que acha que são importantes serem referidos, um deles que referiu foi sobre o facto de o Futebol Clube de Arouca agora conseguir um novo passo importante e acha que aquelas condições de acessibilidade estão num estado decrépito e que não promovem em nada a mobilidade dos residentes, munícipes e visitantes. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que têm um projeto no âmbito das acessibilidades 360 Graus no âmbito do PRR e que visa ampliar a área dos passeios, melhorando os mesmos e respeitando as árvores existentes. Referiu que o projeto vai desde Alhavaite até ao Tribunal, o qual foi candidato a financiamento, esperando-se que aprovado porque é um valor avultado. ----------

---------- Seguidamente, interveio a senhora **Fátima Pinho**, que saudou o protocolo de criação do balcão de inclusão, o qual espera que efetivamente seja um impulso para resolver os problemas de

discriminação de pessoas com mobilidade reduzida e que muitos deles já estão bem sinalizados pelo PSD e que até este mesmo edifício permita que todos os munícipes consigam ter um acesso condigno, nomeadamente até este salão nobre. De seguida referiu a nova edição da Assembleia Municipal Jovem, que congratulou pela edição que findou e demonstrou o seu apreço por este tipo de iniciativas, para que permitam que os jovens europeus, nomeadamente e em concreto, os jovens do ensino secundário, possam ter contacto com realidades cívicas e políticas que normalmente podem não ter, nomeadamente a questão quanto à inclusão da oposição neste tipo de iniciativas, pois seria importante também incluir estas pessoas, estes vereadores neste tipo de atividades e gostaria de saber se na próxima edição este papel será relevado por este executivo e pelas pessoas que também têm conduzido os temas da Juventude nos últimos tempos. De seguida referiu outro tema que se prende com o número de visitantes das infraestruturas turísticas em concreto. Recordou que numa das últimas Assembleias, alguém falou que a casa das artes – entrelinhas – tinha de ser paga, que tínhamos de pagar para encher um cartaz, e que efetivamente isso está a acontecer nas infraestruturas turísticas, que também temos de pagar os investimentos que fizemos e a verdade é que já há muito o PSD tem vindo a alertar sobre este tipo de fenómenos que é a redução dos visitantes destas infraestruturas. Continuou dizendo que a Ponte 516 Arouca completou 2 anos a 2 de maio último e que se analisarmos uma vez mais os dados constantes desta informação municipal e até em comparação com as anteriores, verifica-se que há uma consolidada diminuição e decréscimo da visitação destas infraestruturas e, portanto, as suas questões foram que para além das justificações óbvias constantes desta informação municipal, que outras encontram para este fenómeno e o que está a ser pensado para o inverter. De seguida referiu que continuam a ser reportadas as descargas poluentes efetuadas ao longo do Rio Paiva e de outros rios do nosso município. E que embora as suas intervenções nesse sentido e também da bancada do PSD, não consegue ainda perceber o que é que está a ser feito para mitigar este fenómeno e, portanto, a questão, foi o que é que está a ser feito para mitigar tudo isso? ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que esclareceu que o balcão de inclusão não é só para pessoas com mobilidade reduzida, mas para todo o tipo de necessidades de inclusão, com vários grupos de vulnerabilidades a estarem aqui incluídas, abrangendo não só os munícipes, mas também as suas famílias, sendo esta uma área sensível. Quanto à questão da Assembleia Municipal Jovem referiu que o senhor Presidente da Assembleia foi convidado para participar na visita aos Paços do Concelho e sessão plenária, não tendo podido estar presente. Continuou referindo que é uma excelente iniciativa de cidadania e de envolvimento destes jovens na organização política e que vai haver agora, em julho, uma deslocação à Assembleia da República, tendo

no início desta Assembleia convidado o senhor Presidente da Assembleia para acompanhar essa iniciativa com os jovens. Quanto aos visitantes nas infraestruturas turísticas, referiu que este plano de atividades municipal de Arouca reporta somente o período de abril e maio, e que só o relatório de atividades e contas, que é apresentado anualmente, é que tem o resumo da atividade municipal de um ano e, que, portanto, não se pode tirar conclusões apenas de um período, indo antes analisar-se esses dados no final do ano, aquando do referido relatório. Continuou dizendo que, relativamente aos visitantes, há períodos de procura muito grande, e recordou que está definido a capacidade de carga destas infraestruturas, não sendo permitido ultrapassar a mesma, com a sustentabilidade dos equipamentos e as questões ambientais a configurarem-se como fundamentais. Quanto à questão do Rio Paiva e às descargas, referiu que não sabe de que descargas é que está a falar e recordou que foi criado um grupo de trabalho, por iniciativa do município, agregando um conjunto de entidades, nomeadamente a APA, ARS-Norte, ARH e outras entidades, o qual continua ativo. Informou ainda que a APA juntou-se ao município de Arouca a apoiar um projeto para fazer a monitorização dos rios Gondim, Paiva e do Arda. Continuou dizendo que não tem dispõe de dados, sendo que quando os tiver divulgará, sublinhando que este é um projeto muito interessante e que futuramente será necessário ampliar e reforçar porque as questões ambientais. Referiu também que a APA não aprovou um projeto que o município apresentou para a lixeira do Gondim para a contenção dos resíduos e que está agendada novamente uma reunião para, com o município, apresentar uma proposta que seja exequível. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra à senhora **Fátima Pinho** que referiu que se calhar não se fez esclarecer relativamente à Assembleia Municipal Jovem e que não era o Presidente da Assembleia Municipal ou a Mesa da Assembleia Municipal, o que quis referir era a oposição dentro do órgão colegial, que é a Câmara Municipal e que se referia aos vereadores da oposição, da coligação, porque, continuando, o papel da oposição e da construção de uma oposição dentro da Câmara Municipal também é importante para dar a conhecer aos jovens, não é só o papel do restante executivo e é mesmo nesse sentido. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que foram convidados, o senhor Presidente da Assembleia e foram convidados todos os vereadores, os vereadores em funções e os restantes vereadores, Vítor Carvalho, Célia Alves e Helena Rodrigues, não tendo estes podido estar presentes. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa confirmou que recebeu um convite para aquela data, assim como recebeu na data de hoje, antes do início desta sessão, o convite oral que foi formulado pela senhora Presidente para os dias 7 e 8, que agradeceu o convite. ----------

**28.06.2023**

---------- Interveio de seguida o senhor **André Vilar**, que, após os cumprimentos, começou por referir o documento da informação de atividade aqui em discussão e análise e que é um exemplo claro da transversalidade e consistência das ações deste executivo. Na cultura destacou o 15º aniversário do museu Municipal, cujo trabalho na manutenção da cultura da memória coletiva teve oportunidade de referir e parabenizar na última Assembleia Municipal. Continuou a referir que a biblioteca municipal continua a ser palco para apresentações de livros e exposições, para a realização da Bebeteca e sem esquecer a Bibliomóvel, que chega mensalmente a todos os alunos dos jardins de infância e ensino básico do Concelho. Questionou a senhora Presidente da Câmara sobre qual é o ponto de situação da requalificação deste espaço. No que respeita ao ambiente, referiu que o município continua a reforçar a cobertura de lâmpadas de baixo consumo na rede de iluminação pública e está a implementar o programa condomínio de aldeia, nas aldeias de Meitriz e da Paradinha. A seguir questionou dizendo que agora que nos aproximamos do período crítico de incêndios florestais, sobre o que é que tem sido feito e o que é que está a ser programado para mitigar este risco de incêndio. Referiu, relativamente ao desporto, a iniciativa maio mês do Coração que, ano após ano, vê reforçado o número de atividades, promovendo estilos de vida saudáveis. Referiu, também, o Paiva Fest, a festa do futebol feminino, trail dos Passadiços do Paiva, que são também exemplo da dinâmica desportiva do Concelho. A somar a isso, a instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar-condicionado no complexo desportivo municipal de Arouca, vem reforçar a preocupação deste executivo na melhoria das condições de utilização deste espaço. Na ação social destacou a atribuição do selo Comunidades pró-envelhecimento, atribuído ao município pela Ordem dos Psicólogos, e a assinatura do protocolo para a criação do Balcão da Inclusão de Arouca. A seguir, questionou sobre quando é que está prevista a abertura deste espaço e onde. Referiu também que é com grande satisfação que vê o sucesso no que à Juventude diz respeito, com mais uma edição da Assembleia Municipal Jovem, que voltou a juntar alunos de agrupamentos de escolas num processo democrático e de futuro. Referiu um exemplo da transversalidade no nosso município, a Ecovia do Arda, um projeto usufruído diariamente por centenas de arouquenses e que conjuga saúde e bem-estar, desporto e lazer, cultura e educação, com as várias áreas de valência a ganhar forma em locais estratégicos deste percurso. Questionou que, com a aproximação da aparente finalização das obras na Pedra Má, quando é que estaremos em condições de abrir a circulação, a totalidade do percurso. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que gostaria de já ter efetuado a intervenção no edifício da Câmara, bem como no da Biblioteca Municipal, que é necessária, que o município precisa de fazer intervenções em edifícios municipais, sendo que

neste último era suposto que já tivesse lançado a empreitada. Continuou dizendo que, na revisão do projeto, houve a identificação de áreas de atuação que não estavam previstas e esclareceu que esta primeira intervenção tem a ver essencialmente com a cobertura, as janelas, estando os serviços a ultimar o projeto para se avançar. Quanto à questão do período de elevado risco de incêndio, referiu que é sempre uma preocupação de todos, e que atualmente há um coordenador nessa área, com a intervenção do município a basear-se na prevenção, no planeamento, nos apoios às operações e na recuperação. Continuou dizendo que, no âmbito da prevenção, está a decorrer a execução das faixas de gestão de combustíveis, continuam a reforçar, a beneficiar e a limpar a rede de caminhos florestais e estão a atualizar os programas da aldeia segura que existem com novas implementações, sendo este programa fundamental para capacitar e trabalhar a prevenção e a sensibilização da Comunidade. Informou que está a ser executado o programa condomínio de aldeia em Meitriz e Paradinha, com a criação de mosaicos florestais, áreas de pastoreio e de árvores de fruto. Continuou dizendo que para a segunda fase de candidaturas, algumas aldeias, que foram já identificadas no âmbito da proteção civil e, que neste momento, já manifestaram interesse cerca de 18 proprietários. Referiu que, para além desta questão da valorização dos sítios, valoriza também a paisagem natural e cultural e simultaneamente assegura a proteção das pessoas e bens. Informou que foi elaborado um Plano Estratégico de Combate a Fogos Rurais no Concelho de Arouca, sendo este é um plano operacional que define a estratégia de prevenção e combate, incluindo um conjunto de ações de vigilância e as primeiras intervenções, identificando ainda aqueles que são os meios que são necessários no âmbito das várias situações que são colocadas. Deu nota, também, que agora com o Coordenador da Proteção Civil têm sido feitas reuniões com regularidade com o Centro de Coordenação Operacional Municipal, que monitoriza as atividades a nível operacional e que permite também o facilitar a articulação entre os agentes de proteção civil e um conjunto de outros atores, entre os quais alguns dos Membros que estão aqui, também integram. Continuou dizendo que tem havido outras ações, nomeadamente ações de treino operacional para preparação do dispositivo especial no combate aos incêndios rurais que foi feito aqui no município de Arouca, no âmbito da Área Metropolitana do Porto, e que mais do que ter procedimentos e ter documentos operacionais, é importante testar os procedimentos que estão devidamente identificados. Lembrou, também, que existem duas equipas de intervenção permanente que são financiadas pelo município que estão sediadas nos Bombeiros Voluntários de Arouca e que foi feita recentemente a manutenção e a verificação dos pontos de água. Relembrou que, para reforçar tudo isto e que considera que é uma medida que vem estimular e valorizar todos aqueles que integram as equipas de combate ao incêndio, que é a atribuição dos 5,00€ por dia por bombeiro. Disse que é um valor que vai ser entregue

ao corpo de bombeiros de Arouca. Referiu ainda que há um conjunto de ações que o município tem em curso durante todo o ano e que são reforçadas nesta época. Quanto ao balcão da inclusão, referiu que o espaço está aberto, funcionando juntamente com a via verde social, porque são pessoas que têm necessidades específicas e que exigem uma atenção e um atendimento específico. Informou que neste momento estão a dar formação às equipas técnicas, bem como aos familiares de algumas das famílias que estão identificadas pelos serviços. Sobre a Ecovia, referiu que a ligação da Pedra Má foi uma obra complexa, com o empreiteiro a ter tido várias dificuldades. Informou que o prazo da obra já terminou tendo o Município feito um ultimato para que consiga concluir a mesma, o que provavelmente será difícil até ao final do mês de junho, mas que é fundamental que ocorra para se poder concluir a totalidade da Ecovia. Referiu que há depois um conjunto de projetos, que são projetos complementares à Ecovia, e que se designam por áreas de valência coletiva, com algumas delas a terem uma componente lúdica, outra ambiental, outra educativa, estando em curso. Informou ainda que algumas delas, no caso do Parque da Ribeira e o Parque de Rossas, visam a requalificação de áreas degradadas. Finalizou dizendo que irão procurar terminar o mais breve possível, até porque são obras financiadas e que têm junto dos empreiteiros dado nota de que se não houver o cumprimento do prazo, serão penalizados por parte do município pela perda deste apoio. ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Pedro Bastos**, que relativamente à explicação que a senhora Presidente da Câmara deu ao senhor André Vilar, esta fez referência a todos os bombeiros, mas não é todos os bombeiros e que que gostava que fosse feita a correção. Continuou dizendo que os 5,00€ são atribuídos aos bombeiros que integram a equipa de combate e que em função das épocas, pensa que não irá além dos 12 este Verão, o número de elementos que constituem a equipa do DECIR. De seguida referiu que na mensagem da senhora Presidente da Câmara faz referência que procuram um maior envolvimento da população na gestão autárquica, mas que não é o que lhe parece, pois são abertos processos de recolha de contributos, onde os munícipes que se manifestaram não obtêm nenhuma informação sobre o mesmo, nem que fosse apenas um simples agradecimento à sua participação. Continuou dizendo que não lhe parece que desta forma, os munícipes se sintam encorajados e motivados para se envolverem mais na gestão autárquica. Continuou fazendo referência à página 14 - Drave Prémio 5 Estrelas - referiu que depois do investimento feito na criação de um percurso pedestre, no tempo do presidente Doutor Zola, a autarquia não fez mais nenhum investimento naquela aldeia e que, por isso, se há aqui alguém com mérito deste prémio, serão os escuteiros que muito têm feito por aquele espaço. De seguida referiu na página 17, que o município de Arouca e Agência Portuguesa do Ambiente desenvolvem projeto conjunto para valorização dos Rios Paiva e Arda e, continuou dizendo,

que solicitou alguns documentos para análise, que agradeceu o rápido envio, relativamente a algumas descargas dos equipamentos instalados. Prosseguiu dizendo que inicialmente e dito pela senhora Presidente na última campanha eleitoral, o problema desta poluição prendia-se essencialmente com o facto da nova ETAR de Castro Daire não estar a trabalhar e, na mesma campanha, até se apressou a dar a notícia de que a mesma iria entrar em funcionamento, mas o que é certo é que as condições do Rio, em especial a jusante da praia do Areinho, não melhoraram e até foram piorando com o aumento do fluxo de turistas aos dois equipamentos ali instalados, ponte e passadiços. Referiu que a maior mancha de poluição visível é a partir da cascata das Aguieiras para jusante, o que o levou a desconfiar que o problema estaria nas nossas Etar e que por isso questionou sobre o que é que está pensado para as Etar, referindo a Etar de Alvarenga e Etar de Canelas. Continuou com a sua análise dizendo que a Etar de Canelas tem capacidade para uma população de 961 habitantes, o que já está ultrapassada e que tem o equivalente a um caudal médio de 139 m³/dia e a freguesia neste momento possui 1064 habitantes. A Etar de Alvarenga tem uma capacidade para 2200 habitantes, equivalente a um caudal médio 264 m³/dia e a freguesia neste momento tem 1057 habitantes, dados retirados da página da SimDouro. Prosseguiu dizendo que olhando apenas para a população residente, podemos concluir que a Etar de Canelas já não oferece a capacidade necessária, mas a de Alvarenga encontra-se com quase o dobro da capacidade, mas que não podemos analisar apenas em relação à população residente, pois ambas as freguesias, em especial no verão e nos fins de semana mais do que triplica e que para agravar ainda mais a situação, o vazamento das fossas em equipamentos municipais nestes locais instalados, ponte e passadiços e praias são encaminhados para a Etar com menos capacidade, a de Canelas. Referiu que isto é, segundo a informação que lhe foi enviada pelo município. E continuou a intervenção dizendo que comparando as datas das descargas feitas com as publicações nas redes sociais e algumas que foi fazendo nas várias visitas ao local, concluiu que existe uma relação muito forte entre o agravar da poluição da Ribeira de Canelas, a jusante da ETAR e os vazamentos dos equipamentos municipais, bem como se nota também nos dias imediatos ao maior fluxo de turistas nos referidos equipamentos um agravamento da poluição dos rios. Continuou dizendo que é importante que o município de Arouca e a Agência Portuguesa do Ambiente desenvolvam um projeto conjunto para a valorização dos rios Paiva e Arda, mas que é tão ou mais importante que a autarquia pressione a entidade, que neste caso será a SimDouro, para resolver os problemas das Etar, pois, caso contrário, não servem de nada as ações de prevenção que estão previstas de limpeza das margens e controle de invasoras e a manutenção das espécies ribeirinhas autóctones. ----

---------- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eulália ausentou-se. ----------

**28.06.2023**

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que valoriza todos os contributos que chegam e que há situações em análise. Sobre a revisão do regulamento de apoio aos bombeiros, referiu que o assunto está a ser analisado e que o município de Arouca é dos poucos municípios que tem em vigor um regulamento com várias iniciativas de apoio aos bombeiros. Quanto à questão de Drave, referiu que o município gasta um valor considerável num território como o nosso, de montanha, que é de difícil gestão, que tudo aquilo que é gasto ainda assim não é suficiente, mas que fazem a manutenção anual e que são centenas de euros que são gastos nesta manutenção dos percursos pedestres e que é um mérito e um orgulho os prémios que se recebem. Quanto às descargas, referiu que iria deixar essas conclusões para as entidades responsáveis. Depois continuou dizendo que não tem dados e que foi resolvido um problema e que nas reuniões que tem tido e na pressão que se tem feito junto do Sepna, da SimDouro, da APA e Águas do Norte é no sentido de cada um fazer o seu trabalho porque o problema ainda não está resolvido. Referiu ainda que existem problemas ambientais, estando marcada uma reunião com a APA, que foi pedida já há bastante tempo e que vai ocorrer, também, muito brevemente com as Águas do Norte e com a SimDouro. Continuou dizendo que foi identificada ultimamente uma inconformidade, que estão atentos porque no âmbito deste projeto que têm alguns dados, mas que não permitem concluir e que não podem aqui começar a especular. O SEPNA tem constantemente recebido as reclamações e os alertas do município e que, para além do trabalho que tem sido feito de recolha, o SEPNA tem sido chamado ao local. ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Óscar Brandão**, que sobre a feira de Cabeçais referiu que a abordagem que a senhora Presidente da Câmara faz, as não respostas, hoje meia respostas, diz muito da forma de agir politicamente. Continuou dizendo que não se compreende a resposta que vai dando e lembrou que, por exemplo, em Alvarenga foi feito bem, foi pensado e foi executado. Continuou dizendo que agora é uma visão discriminatória e que se houvesse um prémio para a incongruência, a senhora Presidente da Câmara vencia-o com este dossier. A seguir referiu que o problema da funcionalidade e climatização deste edifício da câmara é algo que se discutiu aqui ao longo de muitos e bons tempos e que o plano oficial de contas classifica o ar condicionado como equipamento, trata-se de um investimento de capital, entregue à valorização do edificado e não é uma despesa corrente, conforme tinha referido a senhora Presidente da Câmara. Continuou dizendo que esta Câmara tem neste momento cerca de 10.000.000,00€ à sua disposição, que com certeza que tem despesas comprometidas, mas porque é que não há uma climatização neste edifício quando o problema está identificado há muitos anos e que considera que há muito pouca consideração para com estes membros da Assembleia, para o Executivo que aqui reúne, mas que é sobretudo uma desconsideração

para todos aqueles que aqui trabalham todos os dias, o que não é justo, que hoje estão cerca de 30° e está este calor dentro do edifício. Deixou de seguida um apelo para que a resolução deste problema seja feita. -------- ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que quanto à despesa do ar condicionado não estava a pensar no equipamento, mas na energia gasta no funcionamento do mesmo, tendo sido uma observação que fez com algum sentido de humor. Continuou dizendo que o que se tem de fazer é dar dignidade a quem cá trabalha e por isso é que assume que a ampliação deste edifício é fundamental. Referiu que foi feita uma melhoria, mas não é suficiente e a instalação do ar condicionado neste edifício está em projeto. Mais disse, que provavelmente irá ser efetuado o mais breve possível, sem esperar por uma ampliação que irá levar algum tempo e que a preocupação de quem cá está é uma preocupação séria, com o conforto de quem cá trabalha todos os dias. -------- ----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Luís Almeida**, que referiu que, relativamente à sala, não é só a climatização que falta, faltando mesas de trabalho para a oposição poder trabalhar, e que acha que em outros locais as mesas onde estão os membros da Assembleia sentados tem uma mesa para poder escrever ou se quiser usar um computador. Em relação ao território inclusivo da atividade municipal, referiu que queria dar nota de situações que lhe chegaram do ano passado, do ano letivo passado, que o transporte de crianças com deficiência ocorria em carros normais, que não havia carrinhas ou carros com capacidade de transporte com cadeiras de rodas, lembrando que vai decorrer um novo concurso para os transportes dos alunos e que espera que seja fiscalizado para se verificar as reais condições de transporte. Referiu, também, que relativamente ao prémio AHRESP, ficou surpreendido que passados 15 anos do Geopark, gastar tanto dinheiro no território de Arouca e tantos prémios anteriores e só agora ser revelados, que não sabe como é que a revelação vem agora passado tanto tempo quando deveria ser no início da revelação. É que nem um hotel novo, nem um restaurante novo, nem um restaurante que tenha uma Estrela Michelin e que não percebe este prémio. E continuou dizendo que a senhora Presidente da Câmara que tanto fala de território inclusivo, para quando o relvado no campo de futebol do Grupo Desportivo de Vila Viçosa, clube mais a norte interior do distrito de Aveiro, que representam há bastantes anos Arouca e que divulgou muitas vezes aquela zona do Rio Paiva, muito antes dos passadiços, e que fixa lá população, fixa os jovens e que a juventude continua a manter aquela equipa e que não se vê investimento e que o que se viu ultimamente foi o Presidente da Junta de Canelas e Espiunca com a senhora Presidente da Câmara a tirar umas fotografias. ----------

**28.06.2023**

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que disse que lamenta que as cadeiras do Salão Nobre não sejam confortáveis, não tenham as melhores condições para trabalhar, tendo sido uma opção do senhor Arquiteto e que vai procurar numa remodelação, quando se fizer o projeto, procurar considerar algo que seja mais ajustado. Quanto à questão do transporte de crianças com deficiência, referiu que os transportes é o município que assume as despesas e que, tanto quanto sabe, há o cumprimento das regras que estão definidas para este tipo de concurso, sendo que têm sempre procurado articular com os agrupamentos escolares, sensibilizar para que, havendo alguma inconformidade, ela seja sinalizada. Continuou pedindo que se houver alguma sinalização, e falando de casos concretos, é importante identificar para se poder verificar. Quanto ao prémio da AHRESP referiu que é um prémio muito importante para todo o setor, para todo o território, para todos os Arouquenses, relembrando que é importante esta associação da hotelaria e restauração ter posto os olhos em Arouca e reconhecer que realmente tem conseguido captar investimentos consideráveis e confiança dos investidores. Continuou dizendo que é um território que, para além da sua atividade turística, ta tem também impacto na atividade económica do território, estando a atrair investimento como o investimento que está a decorrer de 5.000.000,00€ no mosteiro de Arouca e que espera até ao final do ano estar quase concluído. Continuou dizendo que há outros investimentos que estão em curso, investimentos para um segmento alto, e que, no fundo, é este retrato e esta confiança e é este sinal que uma instituição, uma associação destas está a dar ao território nacional. Quanto ao Vila Viçosa referiu que não sabe de que fotografia fala, mas que ainda bem que fala do relvado do Vila Viçosa, porque o projeto foi feito pelo município e que o senhor deputado deve ter reparado, também, nos documentos que aprovaram – Plano de Atividades e Orçamento – que foi aprovado em reunião de Câmara e nesta Assembleia, em que há uma rubrica nesse orçamento para a Junta de Freguesia poder, com o apoio do município, levar a cabo esta obra. Informou que está em curso aquela que é uma pretensão realmente do clube e que este foi um dos principais clubes a nível local que tem uma dinâmica muito interessante e que merece o esforço de todos. ----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra ao senhor **Luís Almeida** que referiu que a senhora Presidente disse que quem souber de alguma situação para fiscalizar. Questionou se é assim mesmo e se sabe quantas pessoas estão nos pedidos com grau de deficiência que precisam da cadeira de rodas no carro, quando é atribuído um transporte. Voltou a questionar se sabem ou não sabem que quem faz os percursos, quem é que tem carro para fazer esse transporte. Em relação ao turismo referiu que não está aqui para denegrir prémios. ----------

**28.06.2023**

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que quem faz os circuitos especiais tem que cumprir regras, que não quer que nenhum arouquense esteja a fazer de fiscal nesta matéria e que aquilo que referiu é que, estando identificada alguma situação, seja comunicada. Continuou dizendo que recebe vários pais a fazer observações dos circuitos especiais, bem como os professores e os encarregados de educação e que contratam um serviço que tem regras e tem que ser cumprido e que neste momento não tem indicação que haja alguma inconformidade. Referiu ainda que havendo alguma inconformidade, e se queremos resolver o problema, temos que identificar o mesmo. Acrescentou que havendo uma situação concreta, agradece que seja sinalizada, porque, se queremos resolver os problemas, temos que ir ao sítio onde eles têm que ser resolvidos e se alguém não está a cumprir, tem que ser chamado a atenção. ----------

---------- **3.2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou o documento de forma detalhada. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com sete abstenções. ----------

---------- **3.3 – ORÇAMENTO – 2.ª REVISÃO:----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou o documento de forma detalhada. ----------

---------- Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com sete abstenções. ----------

---------- **3.4 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONSTITUIÇÃO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou este ponto, de forma detalhada. ----------

---------- Não havendo intervenções, O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com uma abstenção. ----------

---------- **3.5 – REPARAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou este ponto, de forma detalhada. ----------

---------- Interveio de seguida, sobre este ponto, o senhor **Óscar Brandão**, que começou a registar com apreço este pequeno passo e que, naturalmente, vai votar favoravelmente, mas que é um pequeno

passo para as reais necessidades que este palácio de justiça tem. Continuou dizendo que a Câmara tem que continuar a exigir aquilo que é de direito, que Arouca merece, que os Arouquenses merecem e, sobretudo, quem trabalha naquela área do direito e da justiça merecem. E que nesse sentido, não valerá a pena baixar os braços. Deve-se lutar para que haja condições dignas para o exercício das funções de todos aqueles que trabalham naquele espaço, mas também de quem se serve dele. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que esta era a obra mais urgente, que há um segundo protocolo que está em análise e que não chegaram a acordo ainda, mas que num futuro próximo, uma intervenção maior é necessária no Palácio da Justiça. Continuou dizendo que o município se disponibilizou para fazer o projeto e eventualmente fazer obras, mas exige uma análise profunda de um segundo contrato interadministrativo entre as 2 entidades e que ainda não foi possível e que está em análise.----------

---------- Seguidamente, interveio o senhor **Pedro Bastos**, que referiu que relativamente a esse assunto, se congratulou com o protocolo e com as medidas que vão ser desenvolvidas, lembrando apenas que se trata de uma cobertura plana e como tal, é uma cobertura sempre extremamente difícil de conseguir consolidar e de conseguir resolver os problemas de infiltração. Chamou atenção de alguns exemplos nas escolas de Escariz e que a Câmara, que irá fazer a obra e acompanhar a obra, ter esses pormenores em atenção e também criar com algumas ferramentas os cumprimentos de prazos. De seguida fez referência aos prazos de obras, nomeadamente ao Condomínio das Aldeias e o concurso publico de Execução de Faixas de Gestão de Combustíveis, dizendo que houve várias reclamações ou várias inquietações de alguns empresários do setor, que dizem que os prazos não são cumpridos. É que segundo eles, não dão muitas vezes proposta, porque os prazos são muito curtos e que depois empresas de fora concorrem e não cumprem esses prazos e que se fosse uma empresa de Arouca, havia sempre uma outra exigência no cumprimento de prazos e do tipo de trabalho. De seguida reportou outra situação, com um outro concurso público para aquisição de Serviços de Reflorestação do Parque Florestal da Santa Luzia que apareceu no documento como concluído e quem por lá passa, aquilo que se vê é que tem muitas estacas e muito poucas plantas em algumas dessas estacas. Questionou se a replantação que era prevista ou que normalmente é prevista nestes concursos, se foi feita, se as árvores já morreram a segunda vez, bem como o que é que será feito para repor essas ditas árvores, onde só estão as estacas visíveis. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que em concursos públicos ou consultas prévias os prazos têm sido difíceis de cumprir, na maior parte das intervenções, mas tem havido também outras situações em que o município tem rescindido com as

respetivas empresas em situações que se vê efetivamente que o incumprimento não vai permitir a execução da intervenção. Quanto à Santa Luzia, referiu que tudo o que seja projetos de reflorestação nem tudo vinga, portanto, árvores que morrem e isso já aconteceu. Continuou dizendo que neste projeto houve reflorestação, mas que estão já a preparar a segunda fase deste projeto que espera que seja financiado.- ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com uma abstenção. ----------

---------- **3.6 – REGULAMENTO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE E DA ATIVIDADE DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIA – ALTERAÇÃO: ---**

**----------** O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou este ponto, referindo que é uma alteração ao regulamento em alguns artigos, clarificação de algumas situações, a inclusão de áreas de proteção, nomeadamente a Ponte 516 e que estão devidamente identificadas nos artigos que têm as respetivas alterações nas zonas de proteção, bem como na clarificação e na definição de alguns conceitos. Informou que houve apenas um contributo, mas que não foi considerado porque reporta a atividades que não se inserem no âmbito deste regulamento. ----------

---------- Interveio de seguida, sobre este ponto, o senhor **Óscar Brandão**, que começou por alguns pedidos de esclarecimento, nomeadamente no artigo 3, numa proposta que acrescenta uma alínea, fala em caráter permanente e depois explica, reveste de caráter permanente, a permanência do prestador ou da sua unidade, no local da prestação, mais de 90 dias por ano, seguidos ou interpolados. Questiona se aqui o conceito de caráter permanente é um conceito operacional, portanto, é um vendedor ambulante que pode lá ficar permanentemente, porque aqui não há uma baliza temporal e cria, assim, algumas dúvidas. Depois referiu, na questão das áreas classificadas pela rede Natura, que o regulamento tenta tocar aqui nesta questão, mas a sua dúvida é uma dúvida que vai trespassar a todos os potenciais vendedores ambulantes. Continuou dizendo que a Câmara tem que ter o cuidado numa primeira abordagem de esclarecer até onde vai esta Rede Natura, porque está convencido que se perguntar aos autarcas de Arouca onde é em concreto a Rede Natura ou inclusive até aos Presidentes das Juntas daquelas aldeias ou freguesias, vai ser muito difícil esclarecer as pessoas, portanto, onde é que está esta Rede Natura. E que depois fala, inseridos na Serra da Freita e Arada e Montemuro. Como é que vai ficar, por exemplo, a realização das tradicionais festas e romarias? Porque incidem nestes espaços e não estará salvaguardado. E esta venda vai ser clandestina? Depois continuou referindo a alínea b), que aparece duas alíneas b) e pode porventura ser um erro, mas que diz o seguinte, que em locais situados

medidos em linha reta, a menos de 100m dos Paços do Concelho e 50m de imoveis classificados monumentos nacionais, estabelecimentos comerciais fixos que comercializam o mesmo tipo de produtos ou serviços e que sendo assim tem dúvidas que face a este constrangimento se possa, por exemplo, realizar a feirinha no parque. E depois fez uma observação que tem na alínea g) do mesmo artigo, que diz o seguinte, nas rotundas, cruzamentos, entroncamentos das vias públicas e numa distância inferior a 10 m dos mesmos e nos locais onde possa prejudicar o trânsito, pessoas e veículos e sendo também proibido aqui, parece-lhe claramente que esses 10m é muito pouco, referindo os cruzamentos, onde é vendido, por exemplo, a fruta em Rossas ou em Várzea e que assim criam problemas e que estes 10m não vão funcionar, a não ser que a venda não se faça no cumprimento restrito deste regulamento. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que são questões pertinentes, mas que estas classificações, ou esta caracterização, obedece à lei e o que está aqui descrito é aquilo que está descrito na lei. Sobre a rede Natura referiu que está devidamente identificada, que os 3 sítios da rede Natura estão devidamente identificados na cartografia e todos os serviços que depois terão que analisar as eventuais propostas que possam surgir. Continuou dizendo que é um regulamento que define as regras, que não quer dizer que o que está aqui não venha a ser autorizado, mas no cumprimento das regras que sejam definidas pelo município, sendo que o regulamento é para regular e disciplinar e é por isso que estão aqui definidas áreas de proteção, porque querem que à volta das aldeias e em determinados sítios que são atração, não se transformem em feiras e que a dinâmica económica que exista seja para benefício dos locais e que haja dinamização desses mesmos núcleos e sítios. Acrescentou que essas zonas de proteção têm que ser criadas e têm que ser definidas regras para disciplinar aquilo que às vezes é anarquia no âmbito da venda ambulante. ----------

---------- Interveio de seguida, sobre este ponto, o senhor **Luís Almeida** que referiu que pesquisou no site da Câmara e que não tinha disponível a informação quer do anterior, quer do atual para poder comparar e que depois recebe este documento em cima da hora. Continuou dizendo que muitas das vezes as lojinhas foram criadas como projeto âncora para atratividade da população aos meios históricos e aos centros históricos. Que isso e a feirinha é um caso desses, a feira das colheitas, que muitas vezes tem grande parte da venda em cima do convento ou dentro do convento e que tudo isso tem que ser salvaguardado. E que é preciso ter em atenção essas coisas porque depois as pessoas fazem investimentos, têm espectativas e depois sentem-se defraudadas. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que não estão aqui a regular a atividade do município e, portanto, as feirinhas, as lojinhas, os espaços

comerciais não entram aqui e que estão a falar da venda ambulante, que esteve em consulta pública e quando se iniciou o procedimento não foram recebidos na primeira fase nenhum contributo e depois, no âmbito da consulta pública houve apenas um contributo e que se reportava a uma situação de atividade que não se inseria neste âmbito. Continuou dizendo que a feirinha, que é promovida pelo município e as iniciativas que podem vir a realizar são coisas distintas.----------

---------- Seguidamente voltou a ser concedida a palavra ao senhor **Óscar Brandão** que referiu que hoje, neste momento, é o tempo de pronunciamento dos autarcas, que os autarcas não tinham que necessariamente se pronunciar aquando da discussão pública e que estão neste momento a levantar aqui um conjunto de questões que podem ou não merecer esclarecimento e isso é uma decisão da senhora Presidente. Continuou dizendo que vai votar favoravelmente o regulamento, mas que entende que há aqui um conjunto de dúvidas e uma determinação que não está na lei, que é algo que a Câmara determina, por exemplo, uma distância inferior a 10m e que acha que não se adequa aqui ao nosso município e às vendas ambulantes que temos, mas isso é um ponto de vista da bancada do PSD e dele em particular. E que são um conjunto de considerações que acha oportuno e, referiu, que outra coisa é presumir que, sendo algo organizado pela Câmara Municipal e possivelmente por uma junta de freguesia, o regulamento já não se aplica. Isso parece-lhe, referiu, algo estranho e inacreditável que pode haver um vendedor ambulante na Feira das Colheitas ou na feirinha tradicional ou quinzenal, mesmo encostado ao muro do convento, que não há problema algum, porque é a Câmara que organiza, portanto, parece-lhe estranho. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que quando disse que não houve nenhum contributo, estava a reforçar a comunidade ou eventuais interessados na aplicação deste regulamento e que os senhores deputados devem-se pronunciar e devem-se questionar sobre as matérias e por isso é que considera que a presença aqui de quem elaborou este regulamento pode clarificar as situações. Continuou dizendo que quando refere atividades desenvolvidas pelo município, está a falar de eventos que tenham cariz diferente daquilo que estão a falar aqui, não estão a promover a venda ambulante, mas a desenvolver um conjunto de iniciativas que se enquadram num projeto maior, que é um evento, que é uma Feira das colheitas, nomeadamente. A venda ambulante tem enquadramento no espaço de feira, referiu, e há o controle desse espaço pelos respetivos fiscais. Referiu, ainda, que o anterior regulamento ainda está no site. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com três votos contra e uma abstenção. ----------

----------**3.7 – AQUISIÇÃO EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA DE TRÊS VIATURAS ELÉTRICAS – REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA:**----------

----------O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou a proposta, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexa. ----------

---------- Posto à discussão, interveio o senhor **Pedro Bastos**, que questionou se as viaturas em assunto são as que estão neste momento ao serviço do SUB de Arouca? ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara.----------

---------- A senhora Presidente da Câmara referiu que são três viaturas para os serviços municipais e que as outras três viaturas elétricas para o centro de saúde, estão definidas no âmbito do PRR e será a ARS que as irá afetar. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada com uma abstenção. ----------

---------- O senhor Luís Almeida pediu a palavra para dizer que se absteve devido a não estar presente na Assembleia Municipal, onde foi votada a proposta inicial. ----------

---------- **3.8 – PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU – CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS:**----------

----------O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que apresentou este ponto, de uma forma detalhada. ----------

---------- Interveio de seguida, sobre este ponto, o senhor **Luís Almeida** que questionou se algum dos membros do júri tem formação na área de recursos humanos ou faz parte dos recursos humanos da autarquia e se os nomeados em cada comissão vão ter algum pagamento, se vão ser remunerados por isso? -------- ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que referiu que todos estes membros que integram este júri cumprem com os requisitos legais e que são todos eles chefes de divisão, estando ao serviço do município e fazendo estes serviços no âmbito da atividade que já exercem, como fazem também noutros concursos.

---------- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado com duas abstenções. ----------

---------- **3.9 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – PROJETO DA QUINTA DO CERRADO – APRESENTAÇÃO:** ----------

**28.06.2023**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez o enquadramento deste ponto, dizendo que não é para aprovação, mas apenas para conhecimento da Assembleia. A apresentação foi feita pelo arquiteto Samuel Gonçalves. ----------

---------- Após a apresentação, interveio, sobre este ponto, o senhor **Óscar Brandão** que saudou o arquiteto pelo trabalho, e referiu que deixa uma observação que tem a ver, que não está ali evidente, com os telhados e beirais, que não haverá telha e numa das partes de construção também não haverá beirais. Continuou dizendo que é uma questão de análise pessoal e não pondo em causa de modo algum o trabalho, mas atendendo às características de Arouca, às suas condições climatéricas, a construção em Arouca continua a fazer sentido ser com telhado e continua a fazer sentido que seja com beirais e que gostava de ver uma análise interpretativa do que propõe. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Pedro Bastos** que parabenizou o trabalho e a apresentação e referiu que sobre os telhados, que como o projeto está numa zona que ao lado existe uma zona florestal bastante intensa e que daí se não houver a manutenção e os cuidados devidos, normalmente ao fim de alguns anos, estão com problemas de infiltrações. De seguida questionou se existe alguma estimativa de custo para a execução de cada obra destas 25 habitações ou pelo menos de cada bloco de apartamentos.

---------- Interveio de seguida o senhor **Presidente da União de Freguesias Arouca e Burgo** que após os cumprimentos, parabenizou o arquiteto pela apresentação, gostava de ser esclarecido sobre um caminho de servidão a noroeste do projeto, que julga que vem de um caminho agrícola que referiu nas plantas. Continuou dizendo que teve a oportunidade de ver o processo que esteve a concurso e não viu ali de que forma é que depois será essa integração desse caminho de servidão, se vai haver essa integração ou não, ou se o caminho de servidão se mantém no sentido em que será escoado o saneamento. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Afonso Portugal** que referiu, também, que põe algumas reticências quanto aos telhados e que o arquiteto Samuel terá uma explicação para isso. Referiu, ainda, quanto a sustentabilidade, que é uma zona com bastante água e crê que se justifica cada vez mais esquecer a água pública no que diz respeito às águas, porque há aqui muita margem de gastos de água, quer no jardim de inverno, quer nas outras aplicações laterais, e acredita que se justifica a exploração da água, que será facílima neste sítio, atendendo à localização que tem e assim o aproveitamento de água seria muito importante, uma vez que se vai gastar muita água nas regas. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao arquiteto Samuel Gonçalves que começou por responder sobre a questão das telhas e dos beirais e que referiu que há aqui uma questão técnica e depois uma questão de desenho. Continuou a sua explicação referindo que parte das fachadas vão estar

viradas a norte e assim uma fachada mais frágil do ponto de vista de acumulação de humidade, criação de musgos e que nas casas em reconstrução tem beiral e tem uma cobertura que é cobertura plana, mas tem sempre 5% ou 6% de inclinação, mas não é a cobertura em telhado. Sobre a questão relativa aos custos, referiu que são habitações a custo controlado, portanto, os 10 T1 estão tabelados pelo IHRU e ronda os 1.300,00€ por metro quadrado cumprindo todos os requisitos energéticos, relativamente ao custo das moradias, tem como valor de referência o mesmo valor – 1.300,00€ por metro quadrado. Sobre o caminho de servidão, referiu que o mesmo está fora da área de intervenção e que depois, se for necessário criar um outro ponto de ligação, também não lhe parece problemático, que é um caminho relativamente estreito. Relativamente à questão das águas, referiu que é verdade que é uma zona com muita água e água corrente e daí a sua intenção de a aproveitar para a criação de um lago para utilização, também, para a rega. ----------

---------- De seguida interveio a senhora Presidente da Câmara que referiu que é um belíssimo projeto, numa área da expansão urbana integrada e que, aliás, já foi lançado o concurso para a expansão desta área do ponto de vista da urbanização. E, portanto, irão passar para a fase seguinte. Estes 10 apartamentos, que referiu, serão construídos no âmbito do programa 1.º Direito, estando, neste momento, está a ser trabalhado o regulamento que vai permitir depois vender os lotes. Continuou dizendo que o município vai construir as 4 tipologias na primeira fase e, portanto, os restantes são para venda dos respetivos lotes com os projetos de execução, todos completos e os 10 T1 será o município a construir também. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

----------A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18 horas e 43 minutos.----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Geraldo Campas, que a redigi e a subscrevo. ---------